

Demonstrações Financeiras

COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

31 de dezembro de 2013 com
Relatório dos Auditores Independentes

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil
Tel: (5571) 3496-3500
Fax: (5571) 3496-3519
www.ey.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste

Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme mencionado na Nota 8, a Companhia possui saldo de ICMS a recuperar no montante de R\$ 6.010 mil registrado no ativo não circulante. A Administração da Companhia está discutindo com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a adoção de medidas para viabilizar alternativas para a recuperação do referido crédito. A realização desse crédito depende do sucesso dessas negociações que atualmente encontram-se em andamento.

Conforme mencionado na Nota 10, a Companhia possui ativo imobilizado líquido no montante de R\$ 5.454 mil referente à planta industrial na unidade de Camaçari – BA paralisada desde 2007. Os ativos desta planta encontram-se hibernados, em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros e a recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações a serem implementadas pela Administração da Companhia.

Nossa opinião não está sendo ressalvada em função destes assuntos.

Salvador, 18 de março de 2014.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6-F-BA



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC 1BA-022.650/O-0

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.700	3.855	14.996	4.037
Contas a receber	6	12.984	13.336	13.024	13.492
Estoques	7	18.890	15.994	18.890	15.994
Tributos a recuperar	8	4.262	2.414	4.262	2.414
Despesas antecipadas		308	1.023	308	1.023
Instrumentos financeiros derivativos	12	826	-	826	-
Outros ativos circulantes		1.950	1.860	1.950	1.860
Total do ativo circulante		53.920	38.482	54.256	38.820
Não circulante					
Contas a receber	6	3.288	-	3.288	-
Tributos a recuperar	8	6.981	7.629	6.981	7.629
Depósitos judiciais		3.121	2.842	3.121	2.842
Despesas antecipadas		673	875	673	875
Valores a receber de partes relacionadas	11	1.745	525	1.745	525
Instrumentos financeiros derivativos	12	190	-	190	-
Investimentos	9	908	840	646	646
Imobilizado	10	62.007	65.532	62.007	65.532
Intangível		477	246	477	246
Diferido		2.058	2.848	-	-
Total do ativo não circulante		81.448	81.337	79.128	78.295
Total do ativo		135.368	119.819	133.384	117.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita líquida	21	212.143	156.055	212.538	159.507
Custo dos produtos vendidos	22	(165.969)	(129.295)	(165.531)	(131.646)
Lucro bruto		46.174	26.760	47.007	27.861
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	(12.563)	(11.368)	(12.567)	(11.450)
Gerais e administrativas	22	(10.325)	(8.573)	(10.325)	(8.573)
Honorários dos administradores	11	(2.487)	(1.989)	(2.487)	(1.989)
Participação dos empregados e administradores		(1.350)	-	(1.350)	-
Perda na alienação de ativo imobilizado		-	(65)	-	(65)
Ociosidade	18	(2.030)	(3.368)	(2.030)	(3.368)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(3.396)	(4.622)	(3.396)	(4.622)
		(32.151)	(29.985)	(32.155)	(30.067)
Equivalência patrimonial	9	68	177	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		14.091	(3.048)	14.852	(2.206)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	2.983	1.509	2.983	1.509
Despesas financeiras	23	(4.953)	(3.707)	(4.954)	(3.712)
Variação cambial, líquida		(3.463)	(1.255)	(3.433)	(1.297)
		(5.433)	(3.453)	(5.404)	(3.500)
Lucro (prejuízo) antes da tributação		8.658	(6.501)	9.448	(5.706)
Imposto de renda e contribuição social	14				
Imposto de renda e contribuição social		(3.213)	(82)	(3.213)	(82)
Subvenção para investimentos		405	-	405	-
IR e CSL Diferidos		345	346	345	346
		(2.463)	264	(2.463)	264
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		6.195	(6.237)	6.985	(5.442)
Quantidade de ações ao final do exercício		6.659.842.229	6.659.842.229		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	24				
Ordinárias		0,0003	(0,0022)		
Preferenciais "A"		0,0014	(0,0017)		
Preferenciais "B"		0,0014	(696,0938)		
Preferenciais "C"		0,0014	(0,0252)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Demonstrações dos resultados abrangentes – Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.195	(6.237)	6.985	(5.442)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	6.195	(6.237)	6.985	(5.442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total	Baixa do ativo diferido	Total
	Capital social	Correção monetária do capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldos em 1º de janeiro de 2012	112.960	182	15.946	251	12.141	(73.560)	67.920	-	67.920
Ajuste de avaliação patrimonial									
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.014)	1.014	-	-	-
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	346	(346)	-	-	-
Baixa do ativo diferido	-	-	-	-	-	-	-	(3.643)	(3.643)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(6.237)	(6.237)	795	(5.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	112.960	182	15.946	251	11.473	(79.129)	61.683	(2.848)	58.835
Ajuste de avaliação patrimonial									
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.015)	1.015	-	-	-
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	345	(345)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.195	6.195	790	6.985
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.960	182	15.946	251	10.803	(72.264)	67.878	(2.058)	65.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes das tributações	6.195	(6.237)	6.985	(5.442)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	4.604	2.093	4.604	2.093
Depreciação e amortização	7.667	9.748	6.877	8.953
Equivalência patrimonial	(68)	(177)	-	-
Valor residual de imobilizado baixado	118	(14)	118	(14)
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.985	(104)	2.985	(104)
Constituição de provisão para contingências	43	3.908	43	3.908
Instrumentos financeiros derivativos	(1.016)	-	(1.016)	-
Tributos diferidos	(345)	(346)	(345)	(346)
Geração de caixa antes das variações de capital circulante operacional	20.183	8.871	20.251	9.048
Variação do capital circulante operacional				
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(3.010)	(2.181)	(2.894)	(1.421)
Estoques	(2.896)	3.293	(2.896)	3.293
Tributos a recuperar	(1.199)	924	(1.199)	924
Valores a receber de partes relacionadas	(4.131)	(2.794)	(4.131)	(2.794)
Outras contas a receber	2.546	1.296	2.546	1.296
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	2.596	227	2.526	(554)
Tributos a recolher	3.358	(599)	3.358	(599)
Obrigações sociais e trabalhistas	47	363	47	363
Parcelamento de tributos	(115)	(15)	(115)	(15)
Outras contas a pagar	(4.810)	805	(4.810)	805
Caixa proveniente das operações	12.569	10.190	12.683	10.346
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Recebimento de dividendos	-	886	-	-
Adições ao Intangível	(301)	-	(301)	-
Adição ao imobilizado	(3.400)	(5.290)	(3.400)	(5.290)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.701)	(4.404)	(3.701)	(5.290)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	27.504	5.297	27.504	5.297
Juros pagos	(2.002)	(2.760)	(2.002)	(2.760)
Empréstimos empresas ligadas	-	(406)	(1.220)	(931)
Pagamentos a instituições financeiras	(23.525)	(10.859)	(23.525)	(10.859)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.977	(8.728)	1.977	(8.728)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	10.845	(2.942)	10.959	(3.672)
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	3.855	6.797	4.037	7.709
No final do exercício	14.700	3.855	14.996	4.037
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	10.845	(2.942)	10.959	(3.672)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Vendas de produtos	255.718	195.242	256.113	198.693
Outras receitas	688	1.277	688	1.277
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.984)	(104)	(2.984)	(104)
	253.422	196.415	253.817	199.866
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos	(165.969)	(129.295)	(165.531)	(131.646)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(41.271)	(33.208)	(42.066)	(33.289)
	(207.240)	(162.503)	(207.597)	(164.935)
Valor adicionado bruto	46.182	33.912	46.220	34.931
Depreciação e amortização	(7.627)	(9.813)	(6.837)	(9.813)
Valor adicionado líquido produzido	38.555	24.099	39.383	25.118
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultados de equivalência patrimonial	68	177	-	-
Receitas financeiras (inclui variação cambial)	1.776	1.541	1.790	1.497
Outras receitas	27	1	27	1
Valor adicionado total a distribuir	40.426	25.818	41.200	26.616
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	14.121	14.684	14.121	14.684
Benefícios	1.745	2.773	1.745	2.773
FGTS	933	848	933	848
	16.799	18.305	16.799	18.305
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	10.172	6.819	10.172	6.819
Estaduais	(1.010)	792	(1.010)	792
Municipais	345	417	345	417
	9.507	8.028	9.507	8.028
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	7.209	4.995	7.193	4.998
Aluguéis	716	727	716	727
	7.925	5.722	7.909	5.725
Remuneração de capitais de terceiros				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.195	(6.237)	6.985	(5.442)
Valor adicionado distribuído	40.426	25.818	41.200	26.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste (“Copenor” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela Metanor S.A. – Metanol do Nordeste. A sede da Companhia está localizada na rua Eteno1561, Polo Petroquímico de Camaçari-Bahia, sendo a mesma produtora de Metanol, Formaldeído, Hexametenotetramina, além de comercializar outros produtos químicos e petroquímicos importados.

O metanol e seus derivados são importantes matérias-primas ou insumos para os seguimentos de biodiesel, chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo de combustíveis, herbicidas para a agricultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas de madeira, indústria de couro/curtumes, componentes automotivos como lonas, pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha, etc.

Com a finalidade de prover aos clientes situados no Brasil uma alternativa na aquisição de produtos com uma política de preços diferenciada, desde abril de 2008, foi legalmente firmado o processo de revenda de produtos como: Ácido Fórmico, Formiato de Sódio, Metanol, Pentaeritritol, Mono Pentaeritritol, Sulfato de Amônia através de sua subsidiária, Logipal Trade S.A., situada em Montevidéu, Uruguai.

Em 15 de maio de 2013, foi deferido pela Justiça o pedido de recuperação judicial da controladora indireta da Companhia a GPC Participações S.A. e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. A controladora indireta, GPC Participações S.A., permanecerá em Recuperação Judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação entregue ao Juízo em 24 de junho de 2013 nos termos do art 53 Lei nº 11.101/05, e que vencem em até dois anos após aprovação do Plano pela Assembleia de Credores. A Companhia decidiu provisionar a perda de parte do valor que possui registrado no contas a receber junto à GPC Química, com base na parcela máxima de desconto (46,1%) sugerida pelo Plano de Recuperação para a classe de credores em que esta está enquadrada (classe III).

Assim, o resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi influenciado pelo efeito da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 2.812 (vide Nota 6).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

(i) Aspectos gerais

As demonstrações financeiras da controladora e consolidado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(i) Aspectos gerais--Continuação

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme às práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A conclusão destas demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, foi autorizada pela Reunião da Diretoria em 18 de março de 2014.

(ii) Principais práticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

As receitas de vendas de produtos (e correspondentes contas a receber) são reconhecidas quando os riscos e benefícios significativos relacionados com a propriedade do bem são transferidos para o comprador. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A Administração da Copenor definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2013.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Copenor considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais, acrescidos das correspondentes variações cambiais incorridas, e não requerem ajuste a valor presente por não contemplar juros embutidos.

e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

f) Investimentos

O investimento na controlada Logipal Trade S.A. foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos foram avaliados ao custo de aquisição deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

g) Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 10.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado--Continuação

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

h) Diferido

Na controladora, referem-se a gastos incorridos com projetos e organização durante a fase pré-operacional. A partir de 01 de janeiro de 2009, a Copenor não efetuou mais adições ao ativo diferido e o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 está sendo mantido até a sua completa amortização.

i) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

j) Outros ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante, obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais.

k) Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Quando da existência de base positiva, as provisões para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário (quando aplicáveis) à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável no caso de imposto de renda, e de 9% de contribuição social.

Os adiantamentos de imposto de renda e de contribuição social, efetuados durante o exercício (quando aplicáveis), são registrados no ativo circulante, e são compensados com o imposto de renda e a contribuição a pagar registrados no passivo circulante.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

l) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

A Copenor gozou do benefício de redução de 12,5%, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013, do imposto de renda devido e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações. Sobre a redução do formaldeído estabilizado a Copenor gozou de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

As subvenções federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido como reserva de capital.

m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

n) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

o) Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641/10 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2).

q) Benefícios a colaboradores e plano de previdência privada

A Companhia concede aos colaboradores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, plano de previdência, participações nos resultados e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

r) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base no CPC 41 (R3). O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da diluição do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo de lucro (prejuízo) por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas (vide Nota 24).

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

s) Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma reguladora pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimento e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia e sua controlada operam em um único segmento operacional de produção e comercialização de produtos químicos.

3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Determinadas normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo CPC e se aplicam pela primeira vez em 2013, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e/ou não produziram impactos em suas demonstrações financeiras. Essas alterações incluem o CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo, CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis, CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades dentre outras.

Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgados abaixo:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento – em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidades de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. Serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014. Estas normas ainda não foram editadas pelo CPC.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

O IFRIC 21 – Tributos: O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

IAS 39 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39. Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da sua controlada Logipal Trade S/A, cuja participação percentual na data do balanço é de 100%.

Os exercícios sociais da controlada inclusos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na empresa consolidada e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. A conciliação do lucro/prejuízo do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

4. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2013	2012	2013	2012
	Controladora	67.878	61.683	6.195
Baixa do diferido	(2.058)	(2.848)	-	-
Reversão da amortização do diferido	-	-	790	795
Consolidado	65.820	58.835	6.985	(5.442)

Em 2012, a Companhia optou pela baixa do ativo diferido em suas demonstrações financeiras consolidadas, atendendo ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição	Tipo	Rendimento	Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos			348	143	644	325
Aplicações financeiras de liquidez imediata		100% a 103% CDI				
Itaú	Debêntures		6.810	2.440	6.810	2.440
Santander	Debêntures		-	1.272	-	1.272
Banrisul	CDB		7.542	-	7.542	-
Sub-total (aplicações financeiras)			14.352	3.712	14.352	3.712
Total de caixa e equivalentes			14.700	3.855	14.996	4.037

Considerando que as aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação, que estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2).

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes nacionais	10.559	7.637	10.599	7.793
Clientes no exterior	225	137	225	137
Empresas ligadas	8.791	5.880	8.791	5.880
	19.575	13.654	19.615	13.810
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.303)	(318)	(3.303)	(318)
Total	16.272	13.336	16.312	13.492
Ativo circulante	12.984	13.336	13.024	13.492
Ativo não circulante (a)	3.288	-	3.288	-

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	12.981	13.030	13.021	13.186
Vencidas 1-30 dias	-	305	-	305
Vencidas 31-60 dias	-	-	-	-
Vencidas 61-90 dias	-	-	-	-
Vencidas há mais de 90 dias	6.594	319	6.594	319
Total	19.575	13.654	19.615	13.810

- (a) Refere-se a contas a receber decorrente de vendas efetuadas para a GPC Química S.A., parte relacionada, que em conjunto com sua controlada GPC Participações S.A. encontra-se em processo de recuperação judicial. Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia constituiu provisão de R\$ 2.812 para perdas na realização deste crédito.

A Companhia e sua controlada possuem normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o risco exposto ao saldo advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das contas a receber em aberto e é considerada suficiente pela Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em questão.

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2012	(215)
Adições	(103)
Baixa de contas a receber incobráveis	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(318)
Adição de contas a receber incobráveis	(2.985)
Baixa de contas a receber incobráveis	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.303)

Ajuste a valor presente

A Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não possuem nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Produtos acabados	11.462	10.532
Matérias primas e embalagens	3.604	1.732
Almoxarifado	3.824	3.730
Total	18.890	15.994

Os estoques de matérias primas e embalagens estão compostos principalmente por catalisadores e materiais de embalagens diversos. Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposição para às unidades fabris, materiais de escritório, entre outros.

8. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
<u>Circulante</u>		
ICMS a recuperar operações – Camaçari	1.399	1.269
Tributos federais	2.691	911
Impostos a recuperar – ICMS sobre imobilizado	172	234
Total	4.262	2.414
<u>Não circulante</u>		
ICMS a recuperar operações – São Paulo	6.010	6.384
Impostos a recuperar – ICMS sobre imobilizado	14	216
Finsocial e outros tributos a recuperar	957	1.029
Total	6.981	7.629

O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo no valor de R\$ 6.010 (2012 - R\$ 6.384), refere-se a créditos acumulados na Companhia pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas (alíquota de 18%), enquanto que a maior parte das vendas foram realizadas para outras unidades da federação, principalmente para estados do nordeste, cuja alíquota é 7%, gerando desta forma créditos para a Companhia. A Companhia obteve sentença favorável em 15 de janeiro de 2013, proferida nos autos da Ação Judicial, reconhecendo o crédito acumulado de ICMS com autorização de uso do mesmo. A Fazenda Estadual de São Paulo recorreu da decisão, e segundo os assessores jurídicos da Companhia, as chances de reversão do julgado são mínimas.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Controlada - Logipal Trade S.A.	262	194	-	-
Outros investimentos	646	646	646	646
Total	908	840	646	646

Os dados da controlada em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	2013	2012
Patrimônio líquido	262	194
Lucro líquido do exercício	68	177
% de Participação acionária	100%	100%
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	68	177

Outros investimentos referem-se a participações detidas em empresas registradas pelo custo de aquisição, que não excede o valor de realização.

Saldo em 1º de janeiro de 2012	903
Equivalência patrimonial	177
Dividendos	(886)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	194
Equivalência patrimonial	68
Dividendos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	262

10. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação (%)	Controladora e Consolidado	
		2013	2012
Edificações e benfeitorias	3	8.254	7.676
Máquinas e equipamentos	5	147.317	144.698
Móveis e utensílios	10	1.712	1.662
Veículos	20	65	65
Computadores e periféricos	20	3.678	3.607
Outros		88	88
Subtotal		161.114	157.796
(-) Depreciação acumulada		(106.657)	(99.850)
Saldo líquido dos itens sujeitos a depreciação		54.457	57.946
Terrenos		4.322	4.322
Almoxarifado		3.228	3.264
Total		62.007	65.532

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

Adoção do custo atribuído (deemed cost)

A Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao *IFRS*, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado somente para as classes de ativos a saber:

- i. Máquinas e equipamentos – unidade produtiva de metanol, R\$ 13.889;
- ii. Máquinas e equipamentos – unidade produtiva de formol, R\$ 3.537;
- iii. Terrenos, R\$ 4.099.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou a análise dos indicativos de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, e não identificou indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização.

Garantias envolvendo imobilizados

A Companhia possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais no montante de R\$ 24.670 (2012 - R\$ 23.560).

Plantas paralisadas

A Companhia possui ativo imobilizado líquido referente a planta industrial da unidade de Camaçari – BA paralisada desde 2007 no montante de R\$ 5.454 (2012 - R\$ 6.447), cujos bens estão sendo depreciados conforme legislação societária vigente, e cujos bens encontram-se em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros. Estudos estão sendo realizados pelo corpo técnico da Companhia, na busca de uma solução definitiva que viabilize o retorno da planta. A recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações da Administração.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

	2011	Adições	2012	Adições	Baixas	2013
<u>Custo</u>						
Terrenos	4.322	-	4.322	-	-	4.322
Edificação e benfeitorias	7.463	213	7.676	578	-	8.254
Maquinas e equipamentos	140.021	4.677	144.698	2.701	(82)	147.317
Veículos	65	-	65	-	-	65
Moveis e utensílios	1.648	14	1.662	50	-	1.712
Computadores	3.238	369	3.607	71	-	3.678
Outros	88	-	88	-	-	88
Almoxarifado	3.232	32	3.264	-	(36)	3.228
Total do custo	160.077	5.305	165.382	3.400	(118)	168.664
<u>Depreciação</u>						
Edificações e benfeitorias	(4.769)	(154)	(4.923)	(152)	-	(5.075)
Maquinas e equipamentos	(81.607)	(8.586)	(90.193)	(6.493)	-	(96.686)
Veículos	(63)	(1)	(64)	(1)	-	(65)
Moveis e utensílios	(1.461)	(47)	(1.508)	(46)	-	(1.554)
Computadores e periféricos	(3.073)	(89)	(3.162)	(115)	-	(3.277)
Total da depreciação	(90.973)	(8.877)	(99.850)	(6.807)	-	(106.657)
Total	69.104	(3.572)	65.532	(3.407)	(118)	62.007

11. Transações entre partes relacionadas

	Metanor		GPC Química S.A.		Petrobras S.A		Petrobras Biocombustível S.A		Total	
	Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<u>Ativo circulante</u>										
Contas a receber	-	-	1.773	376	299	2.315	3.808	2.691	5.880	
<u>Ativo não circulante</u>										
Contas a receber	-	-	6.100	-	-	-	-	6.100	-	
Mútuo	1.745	525	-	-	-	-	-	-	-	
<u>Passivo circulante</u>										
Fornecedores	-	-	-	-	6	-	-	-	6	
<u>Passivo não circulante</u>										
Mútuo	4	4	-	-	-	-	-	-	-	
<u>Resultado</u>										
Compras	-	-	-	12.249	8.461	-	-	12.249	8.461	
Vendas	-	-	2.339	3.942	185	5.531	3.641	30.557	6.165	40.030
Despesas administrativas (*)	-	-	-	2.660	544	-	-	2.660	544	

(*) Despesas relativas a honorários de funcionários cedidos pela Petrobras Química S.A. os quais são pagos pela Copenor, através de notas de débito.

As operações com partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes nas datas em que são efetuadas e levam em consideração os volumes envolvidos.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

11. Transações entre partes relacionadas--Continuação

Honorários da Administração

A remuneração da Administração foi fixada pela AGO realizada em 29 de abril de 2013, respeitando a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia.

A Companhia registra até 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 2.487 (2012 - R\$1.989) de despesas com honorários dos Administradores e Diretoria Executiva.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade e encargos anuais	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
<u>Moeda nacional:</u>		
Ativo imobilizado - 1,4% a.a. nas operações de fiança, e de até 1,05% a.m. nas operações de leasing financeiro.	224	297
Ativo imobilizado - TJLP + 1,20% a.a. a 3,40% a.a.	823	864
Ativo imobilizado - Cesta de moedas + spread 2,5 % a 3,5% a.a.	-	92
Capital de giro – CDI + 1,20% a.a. a 3,10% a.a.	11.450	16.665
<u>Moeda estrangeira:</u>		
Capital de giro – Finimp - Libor + spread 3,5% a 5% a.a.	18.627	6.625
	31.124	24.543
Passivo circulante	22.122	19.435
Passivo não circulante	9.002	5.108

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento:	2013	2012
2014	-	3.226
2015	8.802	1.882
2016	200	-
Total	9.002	5.108

a. Garantias

Os empréstimos de capital de giro, inclusive aqueles denominados em moeda estrangeira, da Companhia estão garantidos por aval da controladora Metanor.

b. Covenants

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possui contratos sujeitos a *covenants* financeiros.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Empresa Controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui instrumentos de swap para proteção contra riscos cambiais nas seguintes condições:

Início	Vencimento	Valor nominal ponta ativa (USD)	Valor nominal ponta passiva (R\$)	Índice ponta ativa	Índice ponta passiva
08/04/13	07/04/14	1.566	3.160	Variação cambial + 4,26% a.a.	2,7% a.a. + CDI
10/04/13	07/04/14	1.953	3.940	Variação cambial + 4,21% a.a.	2,7% a.a. + CDI
24/06/13	15/06/15	2.383	5.203	Variação cambial + 4,9% a.a.	3,35% a.a. + CDI
12/11/13	12/03/14	1.873	4.334	Variação cambial + 3,2% a.a.	3,20% a.a. + CDI

Os índices e taxas serão aplicados sobre o valor nominal do início até o término do período de vigência. Os valores justos dos contratos de *swap* de moeda e taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2013, correspondem a R\$ 1.016, registrado na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, como segue:

	<u>2013</u>
Swaps (ponta ativa)	18.635
Swaps (ponta passiva)	<u>17.619</u>
	<u>1.016</u>
Circulante	826
Não circulante	190

As operações foram contratadas para a totalidade das operações de Finimp com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. A movimentação do derivativo para o exercício é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	-
Perda	(1.249)
Ganho	<u>2.265</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>1.016</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não utilizou a metodologia de “hedge accounting” para contabilização dos seus instrumentos financeiros derivativos, sendo os mesmos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Controladora e Consolidado				Total
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo		Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 1º de janeiro de 2012	10.330	12.377	1.976	6.089	30.772
Ingressos	3.005	2.292	-	-	5.297
Encargos financeiros	2.824	-	197	-	3.021
Variação monetária e cambial	(1.027)	(664)	262	501	(928)
Transferências	8.909	(8.909)	6.578	(6.578)	-
Amortizações e pagamento de juros	(11.231)	-	(2.388)	-	(13.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.810	5.096	6.625	12	24.543
Ingressos	5.434	5.434	11.434	5.202	27.504
Encargos financeiros	1.935	-	565	-	2.500
Variação monetária e cambial	4	-	1.721	379	2.104
Transferências	7.121	(7.121)	-	-	-
Amortizações e pagamento de juros	(18.226)	-	(7.301)	-	(25.527)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.078	3.409	13.044	5.593	31.124

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Parcelamento de tributos

Com o advento da Lei nº 11.941/09 que estabeleceu condições favoráveis para o parcelamento de débitos tributários federais, a Companhia efetuou a adesão a esse parcelamento para os débitos relativos à contribuição social e outros tributos, utilizando os benefícios referentes aos descontos de multas, juros e encargos e a utilização do saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social na liquidação das multas e juros e, desde 30 de novembro de 2009, vem recolhendo os valores mínimos estabelecidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor apresentado nesta rubrica refere-se a débitos de CSL e outros débitos parcelados da Companhia apurados conforme Demonstrativo de Consolidação de 27 de novembro de 2009, expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 16 de junho de 2011, referente à Consolidação de Parcelamento de Dívidas não parceladas anteriormente - artigos 1º e 3º e débitos da CSL inscritos na dívida ativa no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Saldo consolidado em valores de 27 de novembro de 2009	3.328
Parcelas pagas no exercício de 2012	(393)
Atualização Selic em 2012	873
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.808
Parcelas pagas no exercício	(248)
Atualização Selic no exercício	134
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.694
Passivo circulante	344
Passivo não circulante	3.350
Número de prestações remanescentes	129

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	2013	2012
2014	-	313
2015	393	313
2016	393	313
2017	393	313
2018	393	313
2019 em diante	1.778	1.919
Total	3.350	3.484

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir a conciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação da taxa vigente combinada de 34%:

	Consolidado	
	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes da tributação e após as participações	10.798	(5.866)
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Créditos fiscais não reconhecidos	-	1.994
Imposto de renda e contribuição social	(3.671)	-
Adições permanentes		
- Despesas não dedutíveis (34%)	(142)	(20)
Adições temporárias		
- Provisão para contingências (34%)	(46)	(1.870)
- PDD (34%)	(1.050)	(35)
Exclusões:		
- Reversão de provisão para contingências	29	1.947
- Reversão de PDD	35	-
- Ajustes RTT	(345)	(345)
- Receitas isentas de impostos	9	-
Efeito fiscal na baixa do ativo diferido	268	271
Créditos fiscais não reconhecidos	1.421	(2.002)
Outros	279	60
Imposto de Renda e Contribuição social sobre o lucro	(3.213)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(82)
Incentivo Fiscal SUDENE	405	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização do custo atribuído	345	346
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.463)	264

b) Incentivo fiscal

A Companhia gozou do benefício de redução de 12,5% no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013 do imposto de renda devido e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações, bem como sobre a produção do formaldeído estabilizado a Companhia gozou de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação

c) Impostos diferidos ativos

A Companhia possui prejuízos fiscais, base negativa de CSSL e diferenças temporárias nos montantes de R\$ 96.497 (2012 – R\$ 100.855), R\$ 45.138 (2012 – R\$ 49.496) e R\$ 2.342 (2012 – R\$ 2.370), respectivamente sobre os quais não foram constituídos ativos fiscais diferidos em razão do histórico de prejuízos anteriores e das incertezas quanto a geração de resultados tributáveis futuros apesar de ter auferido lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

d) Impostos diferidos passivos

A Companhia constituiu Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos em decorrência do registro do custo atribuído (deemed cost) conforme descrito na Nota 10, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(5.909)
Realização dos impostos diferidos	345
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(5.564)

d) Medida provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2012	1.566
Adições	66
Baixas	(309)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.323
Adições	140
Baixas	(97)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.366

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Trabalhista e cíveis

a) Cláusula quarta

Em 2012 a Companhia assinou acordo com as partes referente ao processo denominado “Cláusula 4ª” e desta forma, a Copenor constituiu provisão no montante de R\$ 5.647 sendo R\$ 3.976 a pagar para os funcionários e ex-funcionários e o restante no montante de R\$ 1.671 referente as custas e honorários advocatícios a serem pagos em 4 (quatro) parcelas anuais, remanescendo saldo de R\$ 2.750 correspondente a 3ª parcela a ser paga até 30 de julho de 2014 e a 4ª, se houver saldo devedor que remanesça. As parcelas são corrigidas pela taxa de 1,17% ao ano.

Os montantes classificados no não circulante no total de R\$ 1.375 têm vencimento em 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, remanesce ainda ação de um empregado que não aceitou o acordo e continuará como processo. Os advogados contratados pela Companhia estimam que as chances de êxito relacionadas a esse processo são prováveis, portanto nenhuma provisão foi constituída.

b) Outras demandas trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia era parte em ações indenizatórias e trabalhistas, cujos valores envolvidos totalizavam aproximadamente R\$ 10.807 (2012 - R\$ 12.440) que baseado na opinião dos advogados contratados pela Companhia as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações financeiras.

Para os processos classificados pelos consultores jurídicos como perda provável, a Companhia mantém provisão de R\$ 1.366 para 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 1.323).

Fiscal

a) Multa isolada – CSL

A Companhia possuía alguns autos de infração em que foi imputada penalidade pelo não recolhimento ou diferenças no recolhimento das estimativas mensais da CSL, sendo aplicada a multa isolada prevista na Lei nº 9.430/96. A Companhia vem defendendo a impossibilidade de aplicação de tal penalidade, tendo em vista o fato da lavratura dos autos de infração ter ocorrido após o fechamento do exercício, com a imposição ainda da multa de ofício sobre os valores da contribuição, apurados ao final do ajuste anual. Em 31 de dezembro de 2013, o montante envolvido era de R\$ 2.759 (2012 - R\$ 2.645).

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Fiscal--Continuação

a) Multa isolada – CSL--Continuação

A Administração da Companhia e sua controlada, respaldadas em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que vem acatando as alegações dos contribuintes, e na opinião dos seus advogados externos que consideram possíveis as chances de êxito dos processos, não constituiu provisão para a referida demanda. Em recente Acórdão proferido em processo administrativo da Companhia o CARF determinou o cancelamento do lançamento da multa isolada, tendo em vista a aplicação da multa de ofício. A Companhia aguarda o trânsito em julgado deste processo.

b) Outros tributos

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía processos fiscais no montante de R\$ 9.623 (2012 - R\$ 9.526), que baseado na opinião dos advogados da Companhia as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações financeiras.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 112.960, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está representado por 6.659.842.229 ações sem valor nominal, sendo 2.794.013.037 ordinárias, 3.618.529.033 preferenciais classe “A”, 8.960 preferenciais classe “B” e 247.291.199 preferenciais classe “C”.

As ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C” não têm direito a voto, tendo, entretanto, os seguintes direitos: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social correspondente a cada uma dessas classes de ações pela quantidade das ações respectivas de cada classe, limitado aos lucros disponíveis para distribuição aos acionistas; b) prioridade no reembolso do capital até o seu valor patrimonial, nos casos de liquidação da Companhia; c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de reservas ou lucros; e d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de reservas disponíveis e lucros suspensos, depois de assegurado igualmente às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, pago às preferenciais.

b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social ou quando o saldo desta reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia possui registrado reserva de capital no montante de R\$ 16.128, correspondente a reserva de incentivo fiscal do imposto de renda reconhecida até 31 de dezembro de 2007 diretamente no patrimônio líquido.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme mencionado na Nota 10, os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido e são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que foram objeto do referido ajuste. Em 31 de dezembro de 2013 o montante registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 10.803 (2012 - R\$ 11.473).

17. Gerenciamentos de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais à Administração entende que a Companhia está exposta, de acordo com a natureza dos negócios e estrutura operacional.

A gestão desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias e premissas elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de controles. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

A Administração realiza avaliações tempestivas, acompanha os resultados financeiros obtidos, analisa as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócio e monitora os riscos aos quais à Companhia está exposta.

Risco de mercado é o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro que flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda (quando aplicável).

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de preços de commodities, taxas de câmbio e taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber, conforme descritos a seguir:

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Gerenciamentos de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

(a) Exposição a riscos de commodities

A Companhia está exposta à variação de preços de algumas commodities petroquímicas, em especial, a de seu principal produto, o Metanol. A Companhia procura repassar as oscilações de preços desse produto provocadas pela flutuação da cotação internacional.

(b) Exposição a riscos cambiais

Alguns insumos e produtos têm preços denominados ou influenciados pelas cotações internacionais de commodities, as quais são usualmente denominadas em dólares. A política da para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente. São adotados procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

(d) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a controlada fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a controlada mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(e) Gestão de risco de capital

A Companhia promove a gestão do Capital através de diretrizes emanadas dos acionistas controladores que estabelecem parâmetros qualitativos e quantitativos para melhor adequar a estrutura de capital. Ela leva em consideração o setor petroquímico no qual está inserida e é ajustada considerando as mudanças nas condições econômicas do país.

A gestão de capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a Companhia, envolvendo todos os aspectos que definem uma estrutura de capital ótima tais como, o custo do endividamento e parâmetros de utilização de benefícios fiscais da dívida. Além de poder promover ajustes na política de pagamento dividendos aos acionistas.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Gerenciamentos de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

(e) Gestão de risco de capital--Continuação

Análise de sensibilidade de variações no CDI, TJPL e LIBOR

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, a Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

	Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
	TJLP a.a.	CDI	Libor	TJLP a.a.	CDI	Libor	TJLP a.a.	CDI	Libor
Taxa simples	5,50	6,90	0,51	6,88	8,63	0,64	8,25	10,35	0,77
Acréscimo	2,30	2,15	4,25	2,88	2,69	5,31	3,45	3,23	6,38
Total	7,80	9,05	4,76	9,75	11,32	5,95	11,70	13,58	7,15

Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	823	904	920
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	11.450	12.746	13.005
Derivativos financeiros	Alta da CDI	18.627	19.735	19.956

18. Custo de paradas e ociosidade

A Companhia vem registrando seus custos fixos, inerentes ao processo produtivo que se perdem devido à ausência de produção durante as paradas programadas ou não, no resultado do exercício, alocadas no grupo de despesas operacionais, no montante de R\$ 2.030 (R\$ 3.368 em 31 de dezembro 2012).

19. Plano de pensão – previdência privada

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui 2 planos de previdência complementar, sendo: Plano BD (Plano Previdor de Benefício Definido), saldado e que não permite novas adesões, com 50 (2012 – 50) participantes entre ativos e assistidos e o Plano CD (Plano Previdor de Contribuição Definida) com 179 (2012 - 169) participantes ativos e assistidos. Estes planos são administrados pelo Fundo de pensão multipatrocinadora PREVINOR, entidade fechada de previdência complementar, multi-patrocinada, mas de responsabilidade não solidária entre os patrocinadores.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Plano de pensão – previdência privada--Continuação

O plano Previnor BD contempla benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, por invalidez e pensões por morte. O plano Copenor CD, embora legalmente classificado como de Contribuição Definida, oferece os benefícios programados com a característica de poupança individual não apresentando déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes, mas oferece benefícios de cobertura de auxílio-doença, invalidez e pensão por morte de participante em atividade, na modalidade de Benefício Definido, sendo o seu custo dimensionado anualmente implicando na determinação do custeio.

As contribuições acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro 2013 totalizaram - R\$ 793 (2012 - R\$ 731).

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/12 que aprovou o CPC 33 (R1) os planos de pensão foram submetidos a avaliação atuarial anual, por Atuário Independente, cujos resultados estão apresentados a seguir:

Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Plano BD		Plano CD	
	2013	2012	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	8.870	12.108	72	79
Valor justo dos ativos do plano	(16.638)	(15.241)	(247)	(237)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(7.768)	(3.133)	(175)	(158)
Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos	-	-	-	-
Passivo / (Ativo) atuarial líquido	(7.768)	(3.133)	(175)	(158)

Valores reconhecidos no resultado:

	Plano BD		Plano CD	
	2013	2012	2013	2012
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	13	7
Juros sobre as obrigações atuariais	1.020	949	6	3
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.292)	(1.495)	(20)	(23)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	272	546	14	20
Amortizações de (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-
Ajuste do Ativo	-	-	-	-
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida	-	-	-	-
Contribuições de participante no ano	-	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	-	-	13	7

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Plano de pensão – previdência privada--Continuação

As movimentações no valor presente da obrigação com os planos são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2013	2012	2013	2012
Valor das obrigações no início do ano	12.108	9.125	79	28
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	-	13	7
Juros sobre obrigação atuarial	1.020	949	6	3
Benefícios pagos no ano	(624)	(622)	-	(16)
Obrigações - (G)/P	(3.634)	2.656	(26)	57
(i) Mudança nas premissas financeiras	(3.672)	2.656	(9)	57
(ii) Ganhos/Perdas por ajustes de experiência	38	-	(17)	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	8.870	12.108	72	79

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2013	2012	2013	2012
Valor justo dos ativos no início do ano	15.241	14.196	236	218
Benefícios pagos no ano	(624)	(622)	-	(16)
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	-	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	1.292	1.495	20	23
Juros sobre o efeito do teto de ativo	(272)	(546)	(9)	12
Ajuste do Ativo	-	-	-	-
Ganho / (Perda) sobre os ativos	1.001	718	-	-
Valor justo dos ativos no final do ano	16.638	15.241	247	237

As principais premissas econômicas e biométricas adotadas na avaliação dos planos previdenciários foram:

	Plano BD		Plano CD	
	2013	2012	2013	2012
Taxa anual de juros	13,21% a.a.	8,67% a.a.	13,21% a.a.	8,67% a.a.
Rendimento de longo prazo dos ativos	13,21% a.a.	8,67% a.a.	13,21% a.a.	8,67% a.a.
Inflação de longo prazo	6,30% a.a.	5,00% a.a.	6,30% a.a.	5,00% a.a.
Projeção de crescimento salarial	6,30% a.a.	5,00% a.a.	7,36% a.a.	6,05% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	6,30% a.a.	5,00% a.a.	6,30% a.a.	5,00% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0 a 10 SM = 0,45/(TS+1) 10 a 20 SM = 0,30/(TS+1)+ 20 SM = 0,15/(TS+1)	0 a 10 SM = 0,45/(TS+1) 10 a 20 SM = 0,30/(TS+1)+ 20 SM = 0,15/(TS+1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Básica (Sexo) RP-2000	AT-2000 Básica (Sexo) RP-2000	AT-2000 Básica (Sexo) RP-2000 Disable (Sexo)	AT-2000 Básica (Sexo) RP-2000 Disable (Sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	Disable (Sexo) Wyatt 1985 Disability Study	Disable (Sexo) Wyatt 1985 Disability Study	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex
Tábua de entrada em invalidez	Class 1 Unisex	Class 1 Unisex	Class 1 Unisex	Class 1 Unisex

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Plano de pensão – previdência privada--Continuação

As taxas esperadas de retorno dos ativos dos planos BD e CD são dados com base na expectativa de mercado e cenário econômico descrito abaixo, respeitando a alocação em cada seguimento.

Os ativos de renda fixa referenciados na taxa de juros CDI tendem a ter rentabilidade próxima a taxa de juros. Já os ativos indexados a inflação tendem a sofrer influência do índice de inflação (IPCA e IGPM) e da marcação a mercado das taxas de juros. Já os ativos de renda variável são alocados com base nos benchmarks pré-determinados.

Descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada do retorno dos ativos:

A carteira do Plano é composta por títulos de renda fixa de longo prazo indexado a inflação. Desta forma, sua rentabilidade esperada é composta principalmente pela expectativa de inflação de curto prazo e pela marcação a mercado da taxa de juros real destes títulos. Levando em consideração o cenário base da empresa com inflação próxima a 6,3% para o ano de 2013 e com base nas taxas de juros negociadas pelo mercado, a rentabilidade projetada para a carteira de investimentos para o exercício de 2013 é de 10,78%.

O retorno real dos ativos do plano no ano de 2013 foi de R\$ 2.021 para o Plano BD e de R\$ 11 para o Plano CD.

	Plano BD		Plano CD	
	2013	2012	2013	2012
Evolução Patrimonial				
1 (Ganho)/Perda no período	(729)	(172)	(9)	(12)
(Ganho)/Perda em % do				
2 patrimônio	(4,382%)	(1,126%)	(3,566%)	(5,023%)
Evolução das Obrigações				
1 (Ganho)/Perda no período	(3.634)	2.656	(26)	57
(Ganho)/Perda em % da				
2 obrigação	(40,966%)	21,934%	35,261%	72,734%
Mudança nas premissas				
3 financeiras	(3.673)	-	(9)	-
Resultado do Plano				
1 Obrigação Atuarial	8.870	12.108	72	79
2 Valor justo dos ativos	(16.638)	(15.241)	(247)	(236)
3 Resultado do plano	(7.768)	(3.133)	(175)	(157)
4 Efeito do limite	7.768	3.133	175	157
5 Resultado do plano	-	-	-	-

A entidade elabora um estudo de ALM para gerenciamento de risco dos planos. Relativamente à Parte de Risco, não houve previsão de recolhimento de contribuições no exercício de 2013 e pelos resultados não deverá haver para o exercício de 2014.

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Plano de pensão – previdência privada--Continuação

Fluxo de pagamentos para os próximos 10 anos.

Relativamente aos participantes em atividade no Plano BD estima-se em 4 anos o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos tem vida média esperada de 21 anos.

<u>Ano</u>	<u>Despesas</u>
2014	769
2015	811
2016	856
2017	902
2018	950
2019 a 2023	5.603

Para o Plano CD a estimativa passa a ser 11 anos o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos tem vida média esperada de 21 anos.

<u>Ano</u>	<u>Despesas</u>
2014	21
2015	20
2016	20
2017	21
2018	22
2019 a 2023	136

A seguir apresentamos análise de sensibilidade utilizando na correção da taxa de desconto acréscimo e decréscimo de 0,5%.

	<u>Plano BD</u>		<u>Plano CD</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
a) Efeito com o aumento de 0,5% no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
b) Efeito com o aumento de 0,5% no Custo dos Juros	(13)	-	-	-
c) Efeito com o aumento de 0,5% no Valor Presente das Obrigações	(424)	-	(1)	-
d) Efeito com o decréscimo de 0,5% no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
e) Efeito com o decréscimo de 0,5% no Custo dos Juros	14	-	-	-
f) Efeito com o decréscimo de 0,5% no Valor Presente das Obrigações	465	-	1	-

A tabela abaixo apresenta o teste de sensibilidade da tábua de mortalidade utilizando uma suavização de 10%.

	<u>Plano BD</u>		<u>Plano CD</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>/2012</u>
Efeito no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
Efeito no Custo dos Juros	16	-	-	-
Efeito no Valor Presente das Obrigações	117	-	-	-

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Coberturas de seguros

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes. A Administração da Companhia entende que os montantes segurados conforme demonstrados a seguir são suficientes para cobrir possíveis perdas:

Modalidade de seguro	Consolidado	
	Data da vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados	31/07/15	185.467
Responsabilidade civil geral	01/03/15	10.000
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	07/02/15	2.000
Veículos	31/10/14	150 (RCFV) por veículo

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<i>Receita de vendas de:</i>				
Metanol produzido	86.649	78.350	86.649	78.350
Formaldeído produzido	40.981	32.315	40.981	32.315
Hexametilenotetramina produzido	15.508	11.138	15.508	11.138
Nitrato de hexametilenotetramina produzido	-	2.674	-	2.674
Revendas de diversos produtos (a)	112.580	70.764	112.975	74.216
Receita bruta de vendas	255.718	195.241	256.113	198.693
Impostos sobre vendas	(43.575)	(39.186)	(43.575)	(39.186)
Receita operacional líquida	212.143	156.055	212.538	159.507

- (a) Conforme mencionado na Nota 1 a Companhia e sua controlada efetuam revenda de produtos, a maior parte desta receita é proveniente da revenda de Metanol (aproximadamente 86% do saldo).

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Custo dos produtos vendidos e receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo dos produtos vendidos:				
Matéria prima	(142.122)	(104.277)	(142.474)	(107.423)
Custos diretos	(11.411)	(10.841)	(11.411)	(10.841)
Custos indiretos	(3.912)	(3.999)	(3.912)	(3.999)
Depreciação	(5.927)	(7.730)	(5.137)	(6.935)
Tratamento de efluentes	(865)	(710)	(865)	(710)
Utilidades (Energia elétrica e água)	(1.732)	(1.738)	(1.732)	(1.738)
Total	(165.969)	(129.295)	(165.531)	(131.646)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e comissões	(2.120)	(1.932)	(2.124)	(2.014)
Fretes e carretos	(10.443)	(9.436)	(10.443)	(9.436)
Total	(12.563)	(11.368)	(12.567)	(11.450)

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Gerais e administrativas:		
Pessoal	(5.573)	(4.562)
Conservação e manutenção	(1.042)	(905)
Serviços de terceiros	(1.550)	(1.113)
Viagens	(301)	(286)
Tributos	(430)	(408)
Aluguéis e leasing	(195)	(181)
Depreciação e amortização	(467)	(416)
Outras	(767)	(1.006)
Total	(10.325)	(8.573)

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Outras líquidas		
Provisão processo cláusula quarta	(86)	(5.647)
Ajuste de inventário	(640)	(225)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.985)	(104)
Reversão (provisão) para riscos trabalhistas	(49)	226
Receitas PIS MP 66 e COFINS	130	153
Receitas com take or pay	447	446
Reversão provisão participações	-	350
Outras líquidas	(213)	179
Total	(3.396)	(4.622)

Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e empresa controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	667	394
Juros auferidos	26	1.096
Ganhos com instrumentos financeiros	2.265	-
Outras receitas financeiras	25	19
Total das receitas financeiras	2.983	1.509

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.500)	(2.461)	(2.500)	(2.461)
Despesas bancárias	(30)	(32)	(31)	(37)
Juros sobre impostos parcelados	(206)	(259)	(206)	(259)
IOF	(177)	(10)	(177)	(10)
Fiança Bancária	(651)	(651)	(651)	(615)
Perdas com instrumentos financeiros	(1.249)	-	(1.249)	-
Outras	(140)	(294)	(140)	(330)
Total das despesas financeiras	(4.953)	(3.707)	(4.954)	(3.712)

24. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	6.195	(6.237)
Média ponderada de ações:		
Ordinárias	2.794.013.037	2.794.013.037
Preferenciais "A"	3.618.529.033	3.618.529.033
Preferenciais "B"	8.960	8.960
Preferenciais "C"	247.291.199	247.291.199
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Ordinárias	0,0003	(0,0022)
Preferenciais "A"	0,0014	(0,0017)
Preferenciais "B"	0,0014	(696,0938)
Preferenciais "C"	0,0014	(0,0252)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou preferenciais ou direitos conversíveis em ações entre a data base e a data da conclusão das demonstrações financeiras.